

**HABEAS CORPUS Nº 539.368 - DF (2019/0307706-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**ADVOGADOS : FERNANDO BOANI PAULUCCI JUNIOR - DF007711**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E**  
**DOS TERRITORIOS**  
**PACIENTE : ITEMAR RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

**ITEMAR RODRIGUES DOS SANTOS**, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** na Apelação n. 0007620.64.2018.8.07.0001.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado a 3 anos e 8 meses de reclusão, em regime semiaberto, mais 12 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, §§ 1º e 2º, I, do CP.

O Tribunal de origem deu provimento às apelações de ambas as partes, a fim de aumentar a reprimenda para 4 anos e 8 meses de reclusão mais 11 dias-multa.

Neste habeas corpus, alega a impetrante que o emprego de faca não pode ser utilizado para configurar a majorante prevista no art. 157, § 2º, I, do CP.

**Pede seja afastada a referida causa de aumento de pena.**

Indeferida a liminar e apresentadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem.

**Decido.**

O acórdão atacado asseriu o seguinte:

**Requer a Defesa a exclusão da causa de aumento relativa**

**ao emprego de arma imprópria (faca), argumentando que o emprego de arma branca não se subsume mais a qualquer uma das majorantes do crime de roubo, em vista da lei nº 13.654/2018.**

Sem razão.

A Lei nº. 13.654/2018 revogou o inciso I do § 2º do artigo 157 do Código Penal, que previa uma causa de aumento na hipótese em que a violência ou grave ameaça no crime de roubo fosse exercida mediante o emprego de arma. A mesma lei incluiu o § 2º-A no artigo 157 do Código Penal, segundo o qual, se a violência ou grave ameaça for exercida com o emprego de arma de fogo a pena será aumentada de 2/3 (dois terços).

**A referida lei, portanto, embora tenha agravado a pena do crime de roubo quando praticado com emprego de arma de fogo, acabou por excluir a causa de aumento quando o delito for praticado com faca, com outro tipo de arma branca ou com armas impróprias.**

Todavia o Conselho Especial desta Corte de Justiça, no julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade nº 2018.00.2.005802-5, reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei nº 13.654/2018, conforme se observa da seguinte ementa:

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 4º DA LEI 13.654/18. PROCESSO LEGISLATIVO. VÍCIO NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI NO SENADO FEDERAL. I - Da análise da tramitação do projeto de lei que deu origem à Lei 13.654/18, constata-se que houve vício procedimental no Senado Federal, especificamente quanto ao erro na publicação do texto final do PLS nº 149/15 aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que não permitiu o conhecimento da matéria pelos demais Senadores e a eventual interposição de recurso para apreciação do Plenário. II - A supressão de uma fase do processo legislativo quanto à revogação do inc. I do § 2º do art. 157 do Código Penal – causa de aumento da pena para o crime de roubo com o emprego de arma que não seja arma de fogo – configura a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei 13.654/18, por manifesta violação aos arts. 58, § 2º, inc. I, da CF e 91 do Regimento Interno do Senado Federal. III - Arguição de inconstitucionalidade julgada procedente. Efeitos *inter pars* e *ex nunc*. Maioria(Acórdão n. 1134967, 20180020058025ARI,

Relatora: VERA ANDRIGHI, CONSELHO ESPECIAL,  
Data de Julgamento: 23/10/2018, Publicado no DJE:  
08/11/2018. Pág.: 33)

[...]

Assim, considerando que a declaração de inconstitucionalidade retira a norma do mundo jurídico, **tem aplicação a circunstância inerente ao emprego de arma branca no crime de roubo**. Logo, é de ser indeferida a pretensão defensiva.  
(fls. 125-127, grifei)

Em primeiro lugar, destaco que a Lei n. 13.654/2018 revogou o inciso I do § 2º do art. 157 do CP, que previa a majorante do emprego de arma para o crime de roubo. Na vigência da redação anterior, entendia-se que a utilização de arma branca pelo agente também seria apta a caracterizar a referida causa de aumento de pena.

A partir da *novatio legis in melius*, a majorante foi mantida no art. 157, § 2º-A, I, do CP, mas com redação que restringe a sua aplicação às condutas em que se empregou arma de fogo, o que autoriza a retroação do comando normativo para abranger os processos que já estavam em curso e, assim, implica o afastamento do respectivo acréscimo de pena nas hipóteses em que o agente fez uso de faca ou outras armas brancas, como na espécie.

Nesse sentido:

[...]

2. Com o advento da Lei 13.654, de 23 de abril de 2018, que revogou o inciso I do artigo 157 do CP, o emprego de arma branca, embora possa eventualmente ser valorado como circunstância judicial desabonadora, não se subsume a qualquer uma das majorantes do crime de roubo, impondo-se, portanto, a redução da pena na terceira fase da dosimetria, em observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, insculpido no art. 5º, XL, da Constituição da República.

[...]

8. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, com o fim de reduzir a pena imposta ao paciente para 4 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, mais o pagamento de 10 dias-multa, e estabelecer o regime prisional semiaberto para o início do desconto da reprimenda.

(HC n. 423.708/SP, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 12/6/2018, destaquei)

**Assim, é necessário concluir que o uso da arma branca não configura a majorante do roubo relativa ao emprego de arma de fogo.**

Nesse ponto, observo que, **embora seja possível valorar negativamente uma das vetoriais em decorrência do uso de faca pelo acusado, essa operação não pode ser feita em habeas corpus, impetrado em favor do paciente.**

Feitas essas considerações, passo à nova dosimetria.

O Tribunal de origem, ao manter o sopesamento desfavorável dos antecedentes, fixou a **sanção-base em 4 anos e 8 meses de reclusão mais 11 dias-multa.**

Na segunda fase, preservo o acréscimo de 1/4 referente à multirreincidência, de maneira a chegar à **pena intermediária de 5 anos e 10 meses de reclusão mais 13 dias-multa.**

Na terceira etapa, afasto a majorante do emprego de arma para levar em conta apenas a minorante da tentativa no patamar de 1/2, tal como fixado pelas instâncias antecedentes, com o que torno **definitiva a reprimenda em 2 anos e 11 meses de reclusão mais 6 dias-multa.**

Diante do exposto, **concedo a ordem, a fim de diminuir a sanção para 2 anos e 11 meses de reclusão mais 6 dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão atacado.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator